

**FELICIDADE. [GLÜCKSELIGKEIT]***HAPPINESS. [GLÜCKSELIGKEIT]*

Claudia Fidalgo da SILVA<sup>1</sup>

Segundo Kant, a felicidade [*Glückseligkeit*] define-se como “estado no mundo de um ser racional para o qual (...) *tudo corre segundo o seu desejo e a sua vontade*” (KpV, AA 05: 224). Para Kant, nenhum ser humano será algum dia capaz de determinar, com certeza, o que verdadeiramente o faria feliz, e, por isso, Kant refere que a felicidade é um ideal da imaginação e não da razão (GMS, AA 04: 418). Como Kant afirma na *Crítica da faculdade do juízo*, quando procura encontrar aquilo que, como fim, deve ser estabelecido no próprio homem através da sua conexão com a natureza, o conceito de felicidade encontra-se relacionado com os instintos do homem, com a sua própria animalidade, sendo deste modo uma “mera *ideia* de um estado, à qual ele quer adequar este último sob condições empíricas (o que é impossível)” (KU, §83, AA 05: 388-389). O presente conceito é também vacilante e arbitrário; o ser humano projeta esta ideia de muitas formas diversas, mediante o seu entendimento, envolvendo a imaginação e os sentidos, o que faz com que mude “este conceito tão frequentemente que a natureza, se estivesse submetida inteiramente ao seu livre arbítrio, não poderia admitir até nenhuma lei universal determinada e segura, para concordar com este vacilante conceito e desse modo com o fim que, de modo arbitrário, cada um a si mesmo propõe” (KU, §83, AA 05: 389).

Kant distingue, como se sabe, a autonomia e a heteronomia da vontade. A autonomia “é o único princípio de todas as leis morais e dos deveres a elas conformes” (KpV, AA 05: 59); a heteronomia, por seu turno, reside numa vontade que se determina, não pelo imperativo categórico, mas tendo em vista algo, como, por exemplo, a felicidade. Para Kant, é fundamental que o homem cumpra o seu dever de um modo desinteressado. Para tal, é necessário que este se apresente como radicalmente não contaminado por qualquer desejo de felicidade: o conceito de dever deve ser apresentado em toda a sua pureza. Por este mesmo motivo, em Kant, a *doutrina da felicidade* parece não possuir qualquer relação com a *doutrina moral*, já que, enquanto os princípios empíricos representam todo o fundamento da primeira, não constituem sequer

o mínimo complemento da segunda. Deste modo, a felicidade parece não corresponder ao objetivo último do ser racional, pois, se vista isoladamente, ela “está longe de ser para a nossa razão o bem perfeito” (KrV, A 813/ B 841). Como Kant realça, na *Doutrina da virtude*, “o que constitui o meu fim e, ao mesmo tempo, o meu dever não é a minha felicidade, mas manter a integridade da minha moralidade” (MS-TL, AA 06: 388). Deste modo, afirma perentoriamente, “não se deve jamais tratar a moral em si como *doutrina da felicidade*” (KpV, AA 05: 234). Assim, a felicidade parece não poder ser vista como um dever, ainda que a aspiração humana a tal estado seja inevitável: “Inevitável é à natureza humana desejar e buscar para si a felicidade, isto é, a satisfação com a própria situação, na medida em que há certeza de que ela perdurará; mas justamente por isso, não é um fim que seja, ao mesmo tempo, um dever” (MS-TL, AA 06: 387). Apesar da *doutrina da felicidade* e da *doutrina moral* não se poderem confundir, Kant alerta que tal “*distinção*, porém, do princípio da felicidade relativamente ao princípio da moralidade nem por isso é uma *oposição* entre ambos, e a razão pura prática não quer que se *renuncie* forçosamente à pretensão à felicidade, mas apenas que *não se tome em consideração*, quando se fala de dever” (KpV, AA 05: 166). Deste modo, parece que, se quisermos falar da ação moral, não falamos, pelo menos necessariamente, de felicidade, uma vez que “a lei moral não *promete* (...) felicidade alguma” (KpV, AA 05: 231).

Esta não-oposição entre a *doutrina da felicidade* e a *doutrina moral* encontra-se emblematizada por um outro conceito, o de *auto-contentamento* [*Selbstzufriedenheit*] que, embora não se relacionando com uma fruição, como o termo de felicidade, indica uma satisfação na sua existência, um análogo da felicidade que deve necessariamente acompanhar a consciência da virtude. Tal conceito representa uma satisfação negativa; “é a *independência relativamente às inclinações*, pelo menos enquanto causas motrizes determinantes” (KpV, AA 05: 212).

A moralidade em Kant, não se encontrando (necessariamente) relacionada com a felicidade, parece relacionar-se, sim, com o sermos dignos dela. Já na *Crítica da razão pura* Kant elabora uma distinção entre lei pragmática, como lei prática que se relaciona com a felicidade, e a lei moral, possuindo esta um único móbil, ou seja, *como podemos tornar-nos dignos da felicidade* (KrV, A 806/ B 834). Seguindo as suas palavras, agora na *Crítica da razão prática*, “a moral não é propriamente a doutrina sobre como nos tornamos felizes, mas como devemos tornar-nos dignos da felicidade” (KpV, AA 05: 234). Para que o ser humano possa verdadeiramente ser digno de ser feliz, deverá promover incessantemente o seu aperfeiçoamento moral. “Digno é alguém da posse de uma coisa ou de um estado quando o facto de ele estar em tal posse se harmoniza com o soberano bem. Facilmente se pode discernir agora que todo o mérito cabe à conduta moral” (KpV, AA 05: 234). Para o ser humano, perspectivado como ser dotado de razão e de liberdade, “a felicidade não é de longe o primeiro, nem sequer é incondicionalmente um objeto das nossas máximas; mas tal é a *dignidade de ser feliz*, a saber, a consonância de todas as nossas máximas com a lei moral” (RGV, AA 06: 46). Com estas considerações, Kant distancia-se da visão preponderante dos autores que a história da filosofia nos apresenta, tais como, por exemplo, Aristóteles, os Estóicos, Tomás de Aquino, já que a verdadeira preocupação do autor não parece ser a investigação sobre como o homem poderá alcançar a felicidade, mas como poderá ele tornar-se digno dela. Algo, certamente, diverso.

Quanto à relação entre a virtude e a felicidade, como se sabe, é na “Dialética” da *Crítica da razão prática* que esta é maximamente explorada e é igualmente aqui que encontramos um paralelismo entre os Estóicos e Kant, não obstante a crítica que lá se encontra, quer ao Estoicismo, quer ao Epicurismo. Como Kant refere, a virtude e a felicidade encontram-se unidas, não de forma analítica, mediante uma conexão lógica, mas mediante uma conexão real. Contrariamente aos Estóicos, que afirmavam a existência de uma identificação entre a virtude e todo o soberano bem, ou os Epicuristas, para quem o princípio supremo era o da felicidade, Kant defende uma conexão sintética, postulando a existência de Deus, como aquele que contém o princípio desta conexão, ou seja, da concordância exata entre a virtude e a felicidade. Não obstante, Kant considera que o Estoicismo escolheu de forma inteiramente correta o seu princípio prático supremo, a saber, a virtude.

Apesar da felicidade, em Kant, não poder ser considerada o fim último do ser racional, nem como dever, esta, porém, pode ser vista como um dever, pelo menos num determinado sentido. É neste contexto que Kant destaca o seguinte, na *Doutrina da virtude*: “Quando, pois, se trata da felicidade, daquela que para mim será um dever fomentar como fim meu, então deverá ser a felicidade de outros homens, cujo fim (permitido) faço assim também meu” (MS-TL, AA 06: 388). O ser humano deve promover a felicidade dos outros, salvaguardando as restrições de tudo o que seja contrário à lei moral, considerando Kant o dever de amor ao próximo como “o dever de fazer meus os fins de outros (exceto apenas se forem imorais)” (MS-TL, AA 06: 450).

Um dos mais relevantes assuntos do debate contemporâneo sobre o presente conceito gira em torno da importância, ou falta dela, do próprio conceito de felicidade na ética kantiana. Tal como Victoria S. Wike aponta na sua obra *Kant on Happiness in Ethics* (1994), trabalho no qual o conceito de felicidade é amplamente e aprofundadamente investigado, poder-se-ão destacar duas abordagens distintas. Por um lado, para alguns autores a felicidade não possui qualquer importância na ética kantiana, e aqui poder-se-ão destacar, como Wike sugere, Garve ou Schopenhauer, por exemplo (1994, xvi-xvii). Por outro lado, segundo outros autores, o conceito de felicidade é relevante em Kant (1994, xvii-xix). Esta posição, refira-se, é menos comum que a anterior. A posição de Wike, nesta sua obra, situa-se neste segundo ponto de vista. Em língua portuguesa, podemos apontar, por exemplo, para Mónica Gutierrez (2006).

Um outro ponto de interesse contemporâneo debruça-se sobre a existência de dois conceitos de felicidade no interior da ética kantiana. O contributo de Herbert James Paton, é, deste ponto de vista, muito assinalável. De acordo com Paton, um dos conceitos relacionar-se-ia com uma dimensão subjetiva, em que a felicidade é essencialmente de natureza eudemonista e pensada como a maior quantidade ininterrupta de prazeres de toda a nossa vida; no outro, que o autor denomina ponto de vista constitutivo da felicidade, esta é entendida como a realização de vários fins numa vida organizada e sistemática (1967, p. 85). Onora O’Neill prolonga esta interpretação, sublinhando que, na moral kantiana, a felicidade não deverá ser considerada um fim separado, mas a forma de todos os fins que um agente pode desejar (1975, p. 101). Numa atitude ainda próxima da de Paton, Allen Wood considera existirem em Kant dois pontos de vista em conflito: um, o natural-social, relativo às inclinações naturais do ser humano; o outro,

o ponto de vista moral, expresso através das leis da razão (2001, p. 7). Uma posição afim desta havia já sido expressa por Lewis White Beck, para o qual o desejo de felicidade não poderá ser considerado apenas como resultado do nosso desejo de prazer: a felicidade, em Kant, contrariamente ao prazer, seria um conceito pertencente à compreensão e não à sensação (1960, p. 97). Muitas controvérsias se relacionam com as questões acima referidas. Aquela que respeita à radical incomensurabilidade entre a lei moral e a felicidade própria é uma delas. Para Esperanza Guisán, por exemplo, tal incomensurabilidade aparece como algo de inaceitável (1986, p. 341). A investigação do conceito de felicidade, em paralelo com a exploração em torno do conceito de soberano bem tem também assumido, por razões evidentes, lugar de destaque. Neste contexto, poder-se-ão destacar John Silber (1959, 1963), Stephen Engstrom (1992), Carlos Adriano Ferraz (2009), Solange Dejeane (2011), Christian Hamm (2011), André Klau-dat (2011), Jair A. Krassuski (2011), Bernd Dörflinger (2012), ou Eoin O’Connell (2012), por exemplo. Também a investigação do presente conceito, estabelecendo-se, nomeadamente, um estudo comparativo com as posições de autores clássicos, tem sido visada. É o caso, por exemplo, do volume *Aristotle, Kant and the Stoics, Rethinking Happiness and Duty*, editado por Engstrom e Jennifer Whiting (1998), ou de um mais recente trabalho de Wood (2001).

Um outro ponto do debate contemporâneo é colocado por Paul Guyer, e diz respeito à relação da liberdade com a felicidade. Kant parece assumir que o que nos torna dignos da felicidade é o facto de escolhermos agir de determinada forma. Mas, já que o exercício da nossa liberdade pode resultar tanto em mal como em virtude, a liberdade, sendo condição necessária, não é, contudo, condição suficiente para que possamos ser dignos de ser felizes (2000, p. 121).

Também a consideração da felicidade alheia como um dever, constituindo-se em Kant, como se sabe, o fundamento dos deveres em relação aos outros e, igualmente, um fim, tem sido alvo de investigação de intérpretes hodiernos. Maria de Lourdes Borges, por exemplo, enquadra-se nesta mesma linha. Segundo a autora, é imperativo, em Kant, considerar o outro como fim e ajudá-lo a promover a sua felicidade, independentemente das minhas considerações sobre o meu bem-estar ou sobre uma possível necessidade futura de ajuda a mim mesmo, surgindo esta consideração, no entender da autora, como a única forma possível de fundamentar a beneficência (2003, p. 18). Um outro exemplo desta linha de investigação é representado por Werner Euler, que investiga o problema dos pobres na ética de Kant, relacionando-o, nomeadamente, com o dever de amor de ajudar um homem necessitado, e, igualmente, com o dever de respeito perante ele (2013). Cláudia Fidalgo da Silva (2012) e Milene Consenso Tonetto (2013) são mais dois exemplos desta mesma linha de investigação, evidenciando a relevância da promoção da felicidade alheia em Kant. A posição de Giorgia Cecchinato surge como um outro exemplo desta linha. Segundo a autora, poder-se-á pensar na felicidade, no âmbito da doutrina moral kantiana, como possuindo um carácter “intersubjetivo”. Como realça, muito embora Kant se refira a uma felicidade de carácter individual, esta conserva, porém, um cunho universal (2009).

Segundo Valério Rohden, numa linha de certa forma semelhante às apresentadas, o que está em causa, em Kant, não é a supressão da felicidade natural ao ser humano, mas apenas a sua compatibilidade com a dos demais (2005, p. 166). Como refere Wood neste sentido, a lei

moral permite a busca pela nossa própria felicidade, *se* esta não for especificamente contrária ao dever. Deste modo, não é a busca pela felicidade que viola o ponto de vista moral, mas apenas esta busca de uma forma incondicional, desrespeitando, nomeadamente, as exigências da nossa própria autonomia e a dignidade dos outros seres humanos (2001, p. 21). É por esta mesma razão enunciada por Wood que Silber já havia considerado ser possível pensar a felicidade própria como conteúdo moral para a nossa volição, mas apenas se incluirmos, quer no seu conteúdo, quer na sua estrutura, a felicidade dos demais. Somos desta forma constrangidos a procurar a felicidade dos outros como condição prévia para o *direito moral* de procurar a nossa própria felicidade. Contudo, e como Silber adverte, não é a nossa preocupação pela felicidade que nos leva a procurar a felicidade dos outros, mas apenas a nossa preocupação pela virtude, ou seja, pela dignidade de ser feliz, que nos motiva a fazê-lo (1963, pp. 191-192). Também João Carlos Brum Torres se refere a um determinado *direito* que o ser humano possui. Segundo Torres, a justificação filosoficamente mais profunda e consistente para o estabelecimento da relação interna entre a moral e a felicidade parece ter lugar numa linha de considerações que, apesar de se encontrar em textos kantianos de referência, não foi devidamente reconhecida como a verdadeira chave para o enigma contido em tal relação (2012, pp. 103-104). Como o autor sugere, não parece ser possível, em Kant, tolerar nem a infelicidade do justo, nem, por seu turno, a felicidade do injusto. Segundo Torres, no cerne da filosofia prática kantiana encontra-se *a ideia de justiça* (2012, p. 105), realçando que a exigência de justiça constitui a pedra fundamental de todo o edifício da moral kantiana (2012, p. 105). Desta forma, o conceito de justiça, no entender de Torres, parece relacionar-se com o *direito* do ser humano a reclamar o vínculo entre virtude e felicidade. Nesta linha, a felicidade deve ser considerada um *direito* cuja reivindicação deve ser concedida ao virtuoso mediante um juízo feito sob a égide da imparcialidade inerente ao conceito de justiça (2012, pp. 109-110).

**Abstract:** According to Kant, happiness [*Glückseligkeit*] is defined as “the condition of a rational being in the world when everything goes according to its wish and will” (KpV, AA 05: 124). As Kant suggests, no human being will ever be able to determine, with certainty, what would truly make him happy (cf. GMS, AA 04: 418). The author points to the distinction between the doctrine of happiness (related to empirical principles) and moral doctrine, stating that “it is not my happiness but the preservation of my moral integrity that is my end and also my duty” (MS-TL, AA 06: 388). Despite this distinction, there is no opposition between them, including Kant the concept of self-contentment [*Selbstzufriedenheit*]. Many questions have arisen in the contemporary debate on these topics, such as the importance, or not, of the concept of happiness itself in Kantian ethics, the existence of two concept of happiness in his ethics, the parallelism between Kant’s position and those of classical authors, the relationship between freedom and happiness, the consideration of the happiness of others as a duty or the relationship between the concept of justice and the right of the human being to claim the connection between virtue and happiness.

**Keywords:** doctrine of happiness, self-contentment, worthy of happiness, happiness of others.

## REFERÊNCIAS / REFERENCES

- Beck, L. W., *A Commentary on Kant’s Critique of Practical Reason*, The University of Chicago Press, Chicago, 1960;
- Borges, M. L., “Felicidade e beneficência em Kant”, *Síntese – Revista de Filosofia*, vol. 30, nº 97, 2003, pp. 203-215;
- Cecchinato, G., “A dimensão universal e intersubjetiva da felicidade em Kant”, *Studia Kantiana*, nº 9, 2009, pp. 78-87;

- Dejeane, S., “Felicidade e dignidade de ser feliz: o sumo bem como ideal dialético da razão prática pura”, *Studia Kantiana*, nº 11, 2011, pp. 56-77;
- Dörflinger, B., “A ético-teologia kantiana e o dever para a promoção do sumo bem”, Tradução por Christian Hamm, *Studia Kantiana*, nº 13, 2012, pp. 73-90,
- Engstrom, S., “The Concept of the Highest Good in Kant’s Moral Theory”, *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 52, nº 4, 1992, pp. 747-780;
- Engstrom, S.; Whiting, J. (eds.), *Aristotle, Kant and the Stoics, Rethinking Happiness and Duty*, Cambridge University Press, Cambridge, 1998;
- Euler, W., “A felicidade alheia, os pobres e os mendigos na Doutrina da virtude de Kant”, *Studia Kantiana*, nº 14, 2013, pp. 160-179;
- Ferraz, C. A., “Acerca do papel do juízo teleológico na realização do sumo bem moral em Kant”, *Studia Kantiana*, nº 9, 2009, pp. 88-117;
- Fidalgo da Silva, C., “O conceito de felicidade na filosofia moral kantiana. Principais considerações”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II Série, vol. XXIX, Porto, 2012, pp. 101-117;
- Guisán, E., *Razón y Pasión en Ética – Los Dilemas de la Ética Contemporánea*, Anthropos Editorial del Hombre, Barcelona, 1986;
- Gutierrez, M., *A felicidade na ética de Kant*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006;
- Guyer, P., *Kant on Freedom, Law and Happiness*, Cambridge University Press, Cambridge, 2000;
- Hamm, C., “O lugar sistemático do sumo bem em Kant”, *Studia Kantiana*, nº 11, 2011, pp. 41-55;
- Klaudat, A., “Hedonismo e sumo bem em Kant”, *Studia Kantiana*, nº 11, 2011, pp. 78-95;
- Krassuski, J. A., “A ideia do sumo bem e a teoria moral kantiana”, *Studia Kantiana*, nº 11, 2011, pp. 162-177;
- O’Connell, E., “Happiness Proportioned to Virtue: Kant and the Highest Good”, *Kantian Review*, vol. 17, nº 2, 2012, pp. 257-279;
- O’Neill, O., *Acting on Principle*, Columbia University Press, New York, 1975;
- Paton, H. J., *The Categorical Imperative*, Hutchinson & Co., London, 1967;
- Rohden, V., “A crítica da razão prática e o estoicismo”, *doisPontos*, Curitiba, São Carlos, vol. 2, nº 2, 2005, 157-173;
- Silber, J., “Kant’s Conception of the Highest Good as Immanent and Transcendent”, *The Philosophical Review*, vol. 68, nº 4, 1959, pp. 469-492;
- Silber, “The Importance of the Highest Good in Kant’s Ethics”, *Ethics* 73, 1963, pp. 179-97;
- Tonetto, M. C., “A perfeição própria e a felicidade alheia na Doutrina da virtude”, *Studia Kantiana*, nº 14, 2013, pp. 180-189;
- Torres, J. C. B., “Ética e Felicidade. Notas para uma revisão reconstrutiva da doutrina kantiana do sumo bem”, *Studia Kantiana*, nº 13, 2012, pp. 91-120;
- Wike, V. S., *Kant on Happiness in Ethics*, SUNY Press, Albany, 1994;
- Wood, A., “Kant vs. Eudaimonism”. Disponível em <[www.stanford.edu/~allenw/webpapers/Eudaimonism.doc](http://www.stanford.edu/~allenw/webpapers/Eudaimonism.doc)>, 2001.

## NOTAS / NOTES

<sup>1</sup> PhD Researcher at the Institute of Philosophy of the University of Porto, Portugal. Doctoral Dissertation: “From individual agent to human race. Analysis of a Kantian problematic” (2017). Scholarship granted by Foundation for Science and Technology (Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT, Portugal).

Her research interest issues include: Kant, History of Philosophy, practical philosophy, religion, political philosophy, anthropology, education. Her research is part of the recent turning point in Kantian hermeneutics, which recognizes not only the importance of questions related to knowledge and theoretical philosophy, but also the extreme relevance and fecundity of what we may call practical philosophy – understood in a broad sense, which includes moral philosophy, philosophy of law and political philosophy, questions related to the *Critique of Judgment*, as well as questions of anthropological nature related to the process of civilization and moralization, such as the relevance of the education of the human being, the realization of the “destiny of humanity” as a human race or the meaning of universal history in a cosmopolitan design.

She is author of several published works and communications in scientific meetings, including, for example: “The concept of happiness in Kantian moral philosophy. Main considerations” (2012); “The concept of virtue in the Stoics and Kant. An approach to its parallelism” (2013); “Values and valuation: Between facticity and ideality” (2013); “The notion of responsibility in Kantian moral philosophy” (2014); “Education as a timeless value” (2014); “An approach to moral feeling in Kantian philosophy” (2014); “Kant – An education for humanity” (2016); “An approach to the Kantian concept of ethical community” (2017); “The notion of person in Kantian moral philosophy” (2017); “The concept of hope in Kantian moral philosophy” (2018).

E-mail: claudia-silva-07@hotmail.com

---

Recebido / Received: 3.11.2019.

Aprovado / Approved: 27.11.2019.

